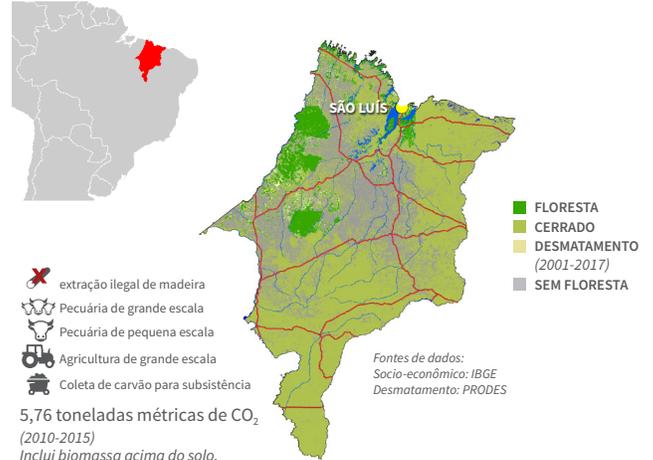




DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXA EMISSÃO (DRBE) EM RESUMO

- Composto por 3 ecossistemas: Cerrado (64%), Amazônia (35%) e Caatinga (1%); 80% do estado está dentro da Amazônia Legal (~264.000 km²)
- Políticas ambientais diversas entre os biomas aumentam a complexidade da implementação de iniciativas estaduais de DRBE
- 70% das florestas remanescentes localizadas nos territórios dos povos indígenas (PI) e reservas protegidas; vegetação secundária (27% da área desmatada) está desprotegida, apesar do significativo potencial de restauração
- Integra a região do MATOPIBA: fronteira agrícola do Cerrado que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
- 20% da área de cultivo de soja no estado certificada pela Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS); ~65% da expansão da soja ocorreu sobre a vegetação nativa
- Concentração de terras e monocultura no final do século 20 contribuiu para a disparidade de riqueza e baixos indicadores socioeconômicos
- A Lei do Babaçu Livre concede direitos aos catadores de babaçuais (principalmente mulheres) de livre acesso e de uso comunitário dos babaçus, mesmo em terras privadas e proíbe o corte e a queima das palmeiras, para proteção desta atividade e promoção do desenvolvimento agrícola sustentável



VETORES DO DESMATAMENTO

- ✂ extração ilegal de madeira
- 🐄 Pecuária de grande escala
- 🐄 Pecuária de pequena escala
- 🚜 Agricultura de grande escala
- 🏠 Coleta de carvão para subsistência

MÉDIA ANUAL DE EMISSÕES DE DESMATAMENTO

5,76 toneladas métricas de CO₂ (2010-2015)
Inclui biomassa acima do solo, biomassa abaixo do solo e lixo

ÁREA

331,937 km²

POPULAÇÃO

7.059.776 (2018)

IDH

63.90 (2010)

PIB

US\$ 21,54 bilhões (2015, ano-base 2010)

GINI

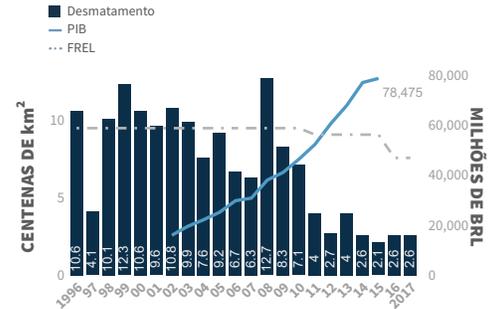
0.506 (2015)

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

- 🏠 Serviços públicos
- 🌐 Comércio
- 👤 Serviços

POPULAÇÃO RURAL/URBANA

40%/ 60% (2015)

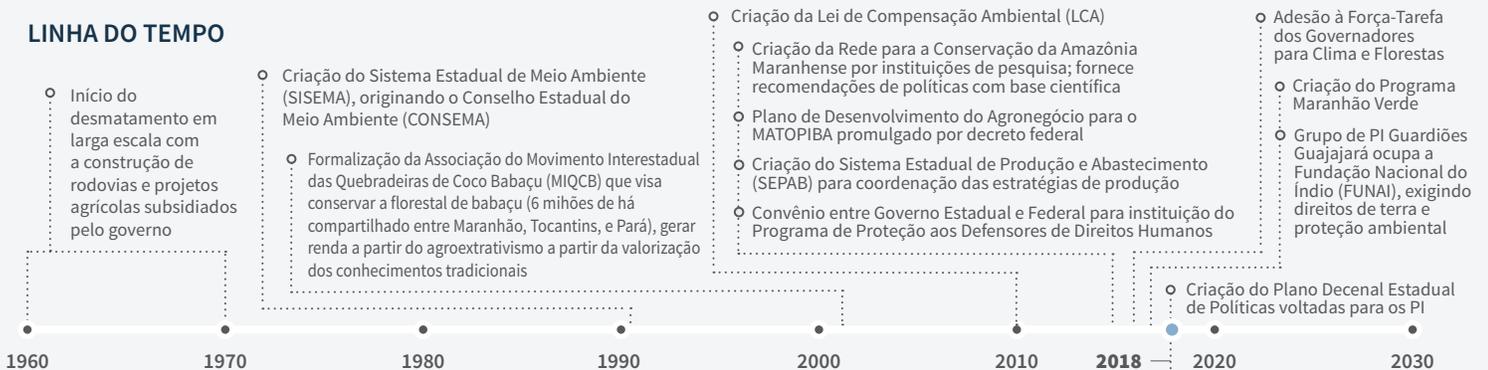


DESTAQUE EM INOVAÇÃO

O Programa Maranhão Verde (Lei 10.595/2017) consiste em uma estrutura de educação ambiental e treinamento técnico para famílias que vivem em unidades de conservação (UCs). Através do programa, os beneficiários recebem uma compensação em dinheiro por meio do Bolsa Maranhão Verde por suas ações de conservação e restauração. O comitê gestor do Programa Maranhão Verde inclui representantes das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (SEMA), Governo (SEGOV), Agricultura Familiar (SAF) e Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), bem como da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). O comitê é responsável pela aprovação do plano de ação, monitoramento e avaliação, além da identificação de áreas prioritárias para a implementação do programa. Projetos individuais no âmbito

do programa têm como alvo geografias específicas, como bacias hidrográficas e parques estaduais. Nas áreas de atuação – nos Parques Estaduais de Bacanga e Mirador –, os beneficiários são principalmente mulheres. Os beneficiários devem se inscrever no cadastro estadual e/ou federal para obter acesso aos programas sociais (CadÚnico), e assinar um contrato de adesão especificando as atividades de conservação e restauração. As atividades incluem o plantio de mudas e áreas de isolamento para regeneração natural, entre outras. O programa representa a primeira iniciativa efetiva de pagamento por serviços ambientais (PSA) do Maranhão, e pode fornecer lições para o desenvolvimento de outras iniciativas de PSA no estado.

LINHA DO TEMPO



PROMESSAS E COMPROMISSOS

- ◆ Parte de acordo internacional

1 Reduzir o desmatamento na Amazônia 80% abaixo da base de referência; reduzir o desmatamento no Cerrado 50% abaixo da base de referência; desmatamento ilegal zero no Cerrado. 2 Reduzir o desmatamento 80% abaixo do nível de referência. 3 Reduzir as emissões de GEE 37% abaixo do nível de 2005. 4 Restaurar 12 milhões de hectares de terras desmatadas.

SUBNACIONAL

Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD-MA)¹

Declaração de Rio Branco² ◆

NACIONAL

Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) à UNFCCC³ ◆

Desafio de Bonn⁴ ◆

INTERVENÇÕES-CHAVE

✕ DESINCENTIVOS 📁 MEDIDAS CAPACITANTES 🏆 INCENTIVOS



1 Fazenda do estado. 2 Comitê Gestor composto por: Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP – secretaria executiva), Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES), Secretaria de Estado de Comunicação Social e Assuntos Políticos (SECAP), Secretaria de Estado da Saúde (SES), Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF), Secretaria de Trabalho e Economia Solidária (SETRES), Secretaria da Fazenda (SEFAZ), Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial (SEIR), Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA/SECID), Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC/SEPLAN). 3 Comitê dos Municípios Participantes. 4 SAF. 5 Secretaria Estadual do Meio Ambiente. 6 SEDUC; 7 Conselho Estadual de Educação. 8 CONSEMA. 9 Outras instituições da sociedade civil e de pesquisa. 10 Fundo Estadual de Unidades de Conservação (FEUC) – vinculado ao orçamento da SEMA. 11 Empresas, envolvidas no processo de licenciamento.

PROGRESSO RUMO À SUSTENTABILIDADE JURISDICCIONAL

○ INCIPIENTE ● INTERMEDIÁRIO ● AVANÇADO

Estratégia integrada de DRBE	○	<ul style="list-style-type: none"> PPCD-MA está desatualizado e não orienta a formulação de políticas, nem impõe ações para atingir as metas SEMA iniciou o processo construção de um sistema jurisdiccional de REDD+, financiado pelo PNUD e em projeto executado pelo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
Plano espacial	○	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) do Estado incluiu consultas multissetoriais em 4 municípios; baixo envolvimento de PI e comunidades tradicionais ZEE em escala mais precisa em 108 municípios da Amazônia com foco em planejamento territorial e Zoneamento Agrário (ZAMA) para o desenvolvimento de políticas para o setor agrícola em 10 regiões do estado estão em desenvolvimento
Metas de desempenho	○	<ul style="list-style-type: none"> Metas do PPCD-MA estão alinhadas com os planos nacionais da Amazônia e do Cerrado, mas não são aplicadas Regulamentações estaduais para reduzir a proteção das florestas se contrapõem aos objetivos nacionais de conservação e restauração (ex.: NDC)
Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV)	●	<ul style="list-style-type: none"> Dados nacionais de desmatamento em larga escala disponíveis publicamente para os biomas Amazônia (PRODES e DETER) e Cerrado (PRODES CERRADO) Monitoramento regular em nível estadual prejudicado por falta de capacidade, pessoal, infraestrutura e tecnologia, apesar das informações disponíveis em nível nacional
Políticas e incentivos	○	<ul style="list-style-type: none"> Estruturas políticas estaduais para promover o DRBE não se conciliam adequadamente à agenda de desenvolvimento ambiental e econômico, e as prioridades das políticas estaduais não se alinham com as políticas ambientais nacionais Programa Maranhão Verde e estabelecimento da Superintendência de Economia Verde da SEMA são esforços iniciais para a transição para uma economia de baixo carbono
Governança multiatores	○	<ul style="list-style-type: none"> CONSEMA, liderado pela SEMA e formado por setores do governo estadual, privado e da sociedade civil (incluindo pequenos agricultores e quilombolas), gerencia os processos de licenciamento e política ambiental, e se reúne a cada 2 meses
Agricultura sustentável	○	<ul style="list-style-type: none"> Uso extensivo de fogo na agricultura e pecuária, o que ameaça os territórios dos povos indígenas/comunidades tradicionais a capacidade de cumprimento das metas do PPCD-MA Programa Mais Produção, implementado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA), promove a intensificação de 10 cadeias produtivas e oferece treinamento técnico (~5.300 propriedades beneficiadas)
Povos indígenas e comunidades locais	○	<ul style="list-style-type: none"> A maioria dos territórios dos PI está sob grave ameaça (incluindo deslocamentos forçados por incêndios); conflitos violentos predominantes com madeireiros ilegais A Coordenação das Organizações e Articulações dos PI do Maranhão (COAPIMA) participa ativamente de discussões de políticas públicas, especialmente em relação aos direitos de posse da terra dos PI Movimento social das mulheres MIQCB visa defender seus territórios e o acesso às áreas de babaçu, limitado por fazendeiros e agricultores
Financiamento do DRBE	○	<ul style="list-style-type: none"> Crédito disponível a partir do Plano Nacional de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) para apoiar o avanço do DRBE; no entanto, altas taxas de juros, baixa assistência técnica e exigências bancárias rígidas dificultam o acesso pelos produtores

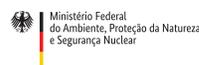
CITAÇÃO | M. de los Rios, O. David, A.C. Crisostomo, C. Stickler. 2018. "Maranhão, Brasil" em C. Stickler et al. (Eds.), *O Estado de Sustentabilidade Jurisdiccional*. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonesia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF.

REFERÊNCIAS COMPLETAS E FONTES DE DADOS FORNECIDAS EM www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability 2020/04/10

EQUIPE TÉCNICA



COM O APOIO DO



com base em uma decisão do Parlamento Alemão



PROGRAMA DE PESQUISA SOBRE Florestas, Árvores e Agroflorestas

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

DESAFIOS

- Transição para DRBE enfrenta resistência de setores agrários tradicionais – modelo histórico de desenvolvimento baseado em monocultura e royalties de atividades de mineração
- Com atraso na implementação do Código Florestal, o estado não conta com regulamentação para implementar a regularização dos passivos em Áreas de Preservação Permanente (APP) e reserva legal → aumenta o risco de desmatamento
- Expansão do agronegócio na região do MATOPIBA sem estratégia de planejamento espacial e associada à apropriação ilegal de terras

OPORTUNIDADES

- O governo atual apóia o fortalecimento das políticas e programas de melhoria da proteção ambiental e dos meios de vida (ex.: através do Programa Maranhão Verde e do início do desenvolvimento do sistema jurisdiccional de REDD+)
- A perspectiva da certificação RTRS é um fator de estímulo aos produtores que pode apoiar a elaboração e implementação de uma estratégia para a expansão da soja
- A colaboração com outras regiões do MATOPIBA poderia maximizar o impacto das intervenções de DRBE e facilitar o cumprimento de metas compartilhadas